

## DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA o caso da Paraíba

No momento em que o IPHAN se articula para tratar a Arquitetura Moderna brasileira como patrimônio a ser protegido, formando um grupo de trabalho nacional com a missão de discutir a constituição desse acervo, cresce a importância dos quadros formados nos seminários Docomomo. Tanto na elaboração do projeto nacional que deu origem ao grupo como nas comissões regionais ou nos inventários sobre arquitetura moderna estão os estudiosos que têm no Docomomo seu fórum privilegiado de discussão. Vinculados a Universidades, aos institutos de pesquisa, aos órgãos de preservação ou ao exercício do ofício, esses profissionais percorreram, e/ou estão percorrendo, os três momentos desse debate: a) difusão e reconhecimento da herança moderna; b) registro e propostas de conservação de edifícios e conjuntos modernos; c) reflexão sobre a conservação, reutilização e intervenção sobre essa produção. Se o primeiro e segundo momentos, em torno da universalidade/diversidade e da relação entre os pressupostos do Movimento Moderno e os contextos específicos, a despeito das saudáveis controvérsias sobre o tema, já foram exaustivamente discutidos, o terceiro momento traz o desafio de pensar/avaliar a conservação/intervenção no moderno. As últimas sessões internacionais, nacionais ou regionais desse fórum têm se concentrado na avaliação do repertório das práticas modernas e das possibilidades de conservação/intervenção sobre essa produção. Por um lado, o que orienta a intervenção sobre a obra moderna, o que lhe confere tratamento especial, que elementos lhe dão significado e qualidade diferenciada e que valores devem ser conservados/protegidos, são questões respondidas de distintas maneiras, pelas diversas e variadas classificações feitas pelos historiadores/pesquisadores da arquitetura moderna que, de formas diferenciadas, convergem para um mesmo universo consolidado. Por outro lado, está o desafio da questão da intervenção sobre a obra moderna, do embate entre princípios modernos e demandas contemporâneas. Os enfrentamentos da preservação do moderno são diferentes dos de outros períodos? Até que ponto os pressupostos da produção moderna ainda são importantes para a criação contemporânea? Qual é a contemporaneidade do moderno? É sobre essas questões que esta comunicação pretende se fixar e contribuir com mais uma reflexão sobre o tema, lembrando que o objetivo último do ideário moderno não era "perpetuar-se", mas ser flexível o suficiente para adequar-se aos novos tempos sem perder suas qualidades.

O Docomomo é hoje um fórum importante no reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio. Desde sua constituição, em 1988, na Holanda, e a formação do núcleo brasileiro em Salvador, em 1992 (PPGAU/UFBA), até a atual gestão em Porto Alegre (PROPAR/UFRGS), vem contribuindo com a difusão do conhecimento sobre o tema, que, a despeito de sua importância, até os anos oitenta do século passado, no Brasil, é muito pouco e mal tratado. Principalmente os seminários nacionais e regionais têm gerado conhecimento, reflexões e polêmica sobre a matéria. Contabilizados sete seminários nacionais<sup>1</sup> e cerca do mesmo número de regionais, às vésperas do oitavo nacional, no Rio de Janeiro,<sup>2</sup> e do terceiro norte-nordeste, em João Pessoa,<sup>3</sup> a questão passou e continua passando por três momentos de debate: a) difusão e reconhecimento da herança moderna; b) registro e avaliação de edifícios e conjuntos modernos; c) reflexão sobre a preservação e reutilização dessa produção.

No primeiro momento, o conhecimento produzido estava voltado para o (re)conhecimento da amplitude da produção moderna em âmbito nacional. No segundo momento, o registro e avaliação dessa produção difundiu-se de forma exemplar, (re)descobrimo o Brasil moderno. Com a febre de registros surgia também a necessidade de ações de proteção a esse universo. Essa proteção não podia, porém, restringir-se às medidas “oficiais”, que têm caracterizado a maioria dos tombamentos, principalmente os estaduais, municipais e similares. O terceiro momento, que estamos vivenciando agora, paralelamente aos outros dois, está focado na reflexão de como lidar com esse patrimônio moderno. A experiência com a proteção da produção de outros períodos já sinaliza a impossibilidade (e irresponsabilidade) de tentar tombar tudo que possa ter algum valor histórico ou arquitetônico; sinaliza também o alto custo das restaurações, inclusive de uma arquitetura que não tinha essa preocupação.

Basicamente, as questões sobre a produção de Arquitetura Moderna Brasileira, colocadas e de certa forma respondidas pelos debates realizados até o momento, dizem respeito a: porque preservar, o que preservar e como preservar.

A primeira, “porque preservar”, com divergências ou não, já foi exaustivamente discutida e, a favor ou contra, as opiniões já estão formadas. Se havia alguma dúvida sobre esse assunto, a formação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Grupo de Trabalho 4 – Acautelamento da Arquitetura Moderna, com a adesão de quinze das vinte e uma diretorias regionais, é o melhor indicador de que esta é uma questão superada.

Sobre a segunda, “o que preservar”, já há suficiente volume (quantidade que permite um salto de qualidade) de estudos que, com uma ou outra discordância, apontam para os mesmos exemplares a serem preservados.

A terceira, “como preservar”, é justamente o que se está discutindo no momento. Qual a importância da produção da arquitetura moderna como base para a criação contemporânea? Onde situar a contemporaneidade do moderno? O que permanece e o que se altera? Quais os enfrentamentos da preservação do patrimônio moderno?

### **Patrimônio Moderno: “O que preservar”**

Há, desde os anos quarenta do século passado, estudos que qualificam e/ou classificam essa produção de diversas formas. Goodwin (1943) é o primeiro a eleger uma mostra do que considera os exemplares mais significativos da arquitetura moderna brasileira e que resultará em uma exposição em um livro importante para a difusão internacional dessa produção. É uma visão “impressionista”, que escolhe

o que melhor fixa-se em sua retina e nas lentes de seu parceiro e fonógrafo Kidder-Smith, entre o que lhes proporcionam seus guias e anfitriões. O vínculo com a tradição, a beleza do território, a conjugação entre proposta técnica e plástico-formal na utilização do concreto, os mecanismos de controle climático e certa “arquitetura aberta para o mar” são temas nos quais encontra qualidade.

Mindlin (1956), em uma mostra mais completa e sistemática, classifica a produção moderna em quatro grupos de atividades: a) residências unifamiliares, residências multifamiliares, hotéis e habitação coletiva; b) escolas, hospitais, edifícios religiosos, esportivos e de lazer, museus e exposições; c) edifícios administrativos, comerciais e industriais; d) projetos vinculados ao transporte, ao planejamento da cidade e à paisagem. Na classificação dos exemplares escolhidos, aparecem ainda como qualidades o vínculo com a tradição “antevista por Le Corbusier”, o caráter público das edificações, a sólida formação técnica dos arquitetos brasileiros e a prática profissional de qualidade.

Bruand (1981), em um manual resultado de sua tese doutoral defendida em 1971, organiza a produção brasileira em cinco vertentes: o vínculo com a tradição, a continuidade racionalista, a corrente organicista, as pesquisas plástico-formais e o brutalismo paulista. As características dessas vertentes, para ele, são decorrentes do meio físico e da conformação cultural. O primeiro caso exemplifica, ao relacionar diretamente o solo acidentado ao uso dos pilotis e o excesso de calor e luminosidade aos espaços abertos e a recriação do *brise-soleil*. No segundo caso, relaciona o “formalismo” da arquitetura à existência de um público “impressionável” e à busca de prestígio pessoal, que vai privilegiar a visibilidade de soluções engenhosas. Contrariando certa “irracionalidade” que ele detecta como atributo cultural, defende o caráter racional da arquitetura brasileira, da mesma racionalidade de Le Corbusier, que se fundamenta no progresso da técnica, “[...] mesmo quando rompe as amarras de princípios rígidos e permite que a imaginação assuma um papel importante” (BRUAND, 1981, p. 24).

Lemos (1979) pesquisa os processos construtivos, desde a arquitetura europeia adaptada ao litoral do Brasil colônia até as construções contemporâneas, passando pela arquitetura paulista dos primeiros séculos, barroco mineiro, neoclássico e eclétismo. É uma visão distinta das anteriores, que destaca três momentos exemplares de “re-criação” da produção nacional: os das já conhecidas arquiteturas barroca e moderna e um novo, o da arquitetura *bandeirista*. Sobre o moderno, reafirma o Ministério da Educação como divisor de águas entre as primeiras experiências modernas e a arquitetura reconhecida internacionalmente, dá relevo à arquitetura dos estrangeiros refugiados de guerra que se instalam em São Paulo, mas reconhece em Artigas o responsável pela definição da arquitetura paulista, ou

seja, afirma a versão hegemônica, mas dá subsídios e alternativa à história da arquitetura moderna. Para ele essa produção caracteriza-se pelos avanços na forma de utilizar a tecnologia, “[...] obrigando o concreto armado a sujeitar-se plasticamente a formas inesperadas” (LEMOS, 1979, p. 148) e por um novo modo de encarar a arquitetura moderna, que proporcionou tanto a construção de interessantes arranha-céus, como soluções construtivas econômicas.

Segawa (2002), em texto datado de 1998, busca caracterizar os processos de constituição das distintas modernidades, principalmente aqueles que constituem os inícios da produção moderna, independentemente de seus recortes cronológicos. Entretanto esses processos, de alguma forma, podem ser agrupados nos períodos habitualmente utilizados. Em cada um deles, o autor discute a adequação do termo moderno e elege o que entende ser sua prioridade.

Comas (2002) classifica, com muita propriedade, a arquitetura moderna em cinco períodos: a incubação (1930/1936), a emergência (1936/1945), a consolidação (1946/1950), a hegemonia (1951/1955) e a mutação (1955/1960). Essa classificação remete, de certa forma, às etapas de proposta e crítica pelas quais passa a obra de arquitetura enunciadas por Bonta (1977). Em cada um dos períodos acima enunciados, elege seus exemplos paradigmáticos, aprofundando-se na análise de pelos menos um deles, em que a relação entre as propostas estrutural e “compositiva” se destacam.

Vale a pena registrar também algumas afirmações ou comentários importantes para consolidar “o que preservar”:

Le Corbusier (1947, p.10), com seu impressionante poder de abarcar e processar rapidamente tudo o que vê, conhece e apreende, manifesta suas preferências, quando elege três edifícios altos de escritórios para exemplificar a capacidade inventiva dos arquitetos brasileiros: “São os componentes dessa equipe que realizaram três arranha-céus de um novo tipo: o da Imprensa [Associação Brasileira de Imprensa], o da Educação Nacional [Ministério da Educação] e o da Ferroviária do Sul [Sede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul].”

Hitchcock (1958) coloca um ponto de vista bem americano, *lato senso*, em dois temas não usuais: aponta a existência de “certa arquitetura aberta” e uma arquitetura que ultrapassa os limites do edifício. É um dos poucos historiadores que destaca essa “arquitetura aberta” – já insinuada por Goodwin (1943) –, característica americana por excelência, diretamente vinculada a Wright e aos amplos territórios não ocupados do novo mundo. Não por acaso, é Bratke o arquiteto que ilustra esta forma de construir: premiado na I Bienal de São Paulo de 1951, ele passa a ter visibilidade no cenário internacional. O outro tema são as cidades universitárias,

construídas principalmente após a II Guerra Mundial, cujos projetos, por seu tamanho e complexidade – “entidades de tamanho quase urbano” (HITCHCOCK, 1958, p. 592) –, revelam-se como experiências próximas à intervenção urbana. Entre elas, destaca a do México como a melhor proposta de planificação e não poupa elogios a Jorge Moreira, pela Cidade Universitária do Rio de Janeiro.

É Giedion (1952)<sup>4</sup> quem vai promover a arquitetura brasileira como promessa de “uma nova liberdade” para o Movimento Moderno, que já começava a apresentar sinais de esgotamento. Reconhece que existe um alto nível no conjunto dessas realizações, nas quais os arquitetos têm coragem de arriscar-se na forma plástica e sabem evitar a severidade, um perigo do qual outros países do hemisfério não escapam. Para ele, a contribuição da arquitetura brasileira ao movimento contemporâneo abarca três elementos:

[...] em primeiro lugar, a generosidade do projeto e da construção; em segundo lugar, o fato de aportar soluções simples para problemas complexos [...] e, enfim, o mais importante a habilidade de animar as grandes superfícies de estruturas vivas e multiformes. (GIEDION, 1952, p. 6).

Bloc (1952, p. 5) mostra entusiasmo com a audácia desses países jovens “[...] sem medo de inovar, que preferem correr riscos a seguir o caminho fácil da rotina” e, com a autoridade que lhe proporciona o cargo de diretor da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, afirma:

Sem que ninguém percebesse, surgiam além do Atlântico realizações substanciais. A passagem de Le Corbusier pelo Rio de Janeiro e a admirável compreensão das personalidades brasileiras provocaram uma emulação das maiores surpresas no domínio da arquitetura e da arte [...] Hoje, o Brasil é considerado em todo mundo a terra escolhida da arquitetura contemporânea, a mais nova e a mais audaz. (BLOC, 1952, p. 5).

Sitwell (1944), articulista da revista *Architectural Review*, surpreende-se com a capacidade da arquitetura brasileira de conciliar a convivência entre tradição e modernidade. Para ele, o elo entre o novo e o antigo no Brasil repousa sobre o clima e a paisagem, e os dois juntos respiram um frescor surpreendente para os ingleses.

Não é que no Brasil o novo e o antigo estejam lado a lado, mas ambos são construídos em harmonia com o entorno e assim formam uma entidade. Este é o *genius loci*, o espírito ou contribuição da nação brasileira. O moderno é tão brasileiro como o antigo. Entretanto, juntos ou separados, são inovadores e inusitados para a maioria dos ingleses. (SITWELL, 1944, p. 66).

Entre essas diversas classificações e as qualificações da arquitetura moderna, os exemplares destacados são sempre os mesmos. De distintas e variadas maneiras, os historiadores/pesquisadores da arquitetura moderna, mesmo com argumentos e análises diferenciadas, com uma ou outra discordância, convergem sempre para um mesmo universo consolidado.

## **As pesquisas e reflexões sobre o tema “como preservar”**

Há uma opinião predominante de que a proteção do moderno deve seguir a mesma rotina de preservação relativa a outros momentos históricos. Mas será que não é esta a oportunidade de repensar o que fazer com as obras de “valor artístico”, ou seja, a prática de preservação existente hoje? A experiência das agências de proteção arquitetônica mostra os custos altos das restaurações, a dificuldade de fiscalizar os bens tombados, a ausência de mecanismos de conservação de bens que merecem alguma forma de proteção, paralelamente a ausência de uma linha de financiamento para estes fins.

A prática existente hoje relativa à análise, preservação e restauração de obras modernas, aliada à reflexão consagrada sobre patrimônio e restauro de forma geral, torna possível enfrentar paradoxos e inquietações concernentes a este processo.

À luz do pensamento de Brandi (2004), é pacífico o reconhecimento da existência de obras e conjuntos de valor artístico, que devem ser objeto de preservação rígida, assim como a consciência de que já se efetuou uma ruptura irreversível entre o tempo das obras em questão e o tempo de hoje, o que implica em intervenções que devem responder a anseios e sensibilidades contemporâneas.

Assim, é possível desvincular as ações de intervenção das “intenções” do projetista (que se revelam no projeto original), o que, para a obra moderna, significa: a capacidade/habilidade de reconhecer no edifício construído (e deteriorado) o que concerne/pertence ao espírito da época, a assimilação do significado simbólico e paradigmático “apreendido” no projeto original aos novos elementos formais e espaciais próprios da requalificação ou reforma e a confirmação da viabilidade de uma postura conservacionista, mesmo em uma arquitetura em que a perpetuação não era uma causa.

Neste sentido, os problemas a serem enfrentados e debatidos transferem-se para uma etapa posterior do raciocínio e podem ser sintetizados nas três questões expostas a seguir. Que (poucas) obras deverão ser efetivamente objeto de preservação rígida? – questão que está longe de ser facilmente resolvida, principalmente quando não há uma distância temporal que ajude a demarcar esse universo. Como restaurá-las? – considerando que, do ponto de vista teórico, trata-se de um restauro convencional, com sua rigidez intrínseca, mas também alguma possibilidade de mudança. Como intervir na imensa maioria de obras de “valor menor”, que merecem algum tipo de proteção? – visto que, neste caso, a ausência de coerções externas justificaria ações de qualquer natureza, mesmo as de destruição total.

Se, por um lado, os cuidados na manutenção e conservação do patrimônio que ainda possui certa integridade necessitam de financiamento, a questão da adaptação



a novas atividades, a novos contextos (que é o que mantém a vitalidade do patrimônio) merece reflexão especial sobre os “antídotos” para combater os “vírus” da destruição que algumas atividades trazem consigo (AMORIM, 2007).

A questão da restauração de bens deteriorados ou descaracterizados, ainda que seja pequeno o número de bens eleitos para tal fim, talvez seja a mais complexa, seja pelos altos custos que envolvem essa ação, seja pela controvérsia que suscita o fato de “reconstruir” uma obra de valor artístico.

O exemplar arquitetônico é o único que, ao ter reconhecido seu valor artístico ou histórico (e sua proteção), perde seu valor de mercado. Qualquer ação sobre o edifício protegido tem um orçamento mais caro, as adaptações aos novos usos e contextos são mais complexas e, portanto, mais onerosas, e as exigências administrativas são mais cansativas, tanto para os proprietários como para os profissionais envolvidos. No caso do Edifício Esther, por exemplo, há a vontade de recuperá-lo tanto por parte dos moradores como das agências de preservação, entretanto os custos de recuperação de um exemplar há tanto tempo abandonado, com exigências de restauração onerosas, e a ausência de uma linha de financiamento especial para esses casos vão acabar condenando este exemplar considerado o primeiro do tipo.

Já em 1986, Santos (1986, p. 61) escreve um artigo na revista Projeto, *Preservar não é Tombar; Renovar não é pôr tudo Abaixo*, no qual discute os limites e inconsistências dos mecanismos de proteção e conservação:

Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustas, de uso pleno de um direito; o público porque com um enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos.

Recentemente, uma notícia veiculada pelo *Jornal Nacional* falava da reforma do Palácio da Alvorada, que trocava os azulejos originais (e íntegros) de desenho exclusivo por outros não especificados. A equipe do autor do projeto, Oscar Niemeyer, declarava estar providenciando um lugar adequado e visível para trasladar o mural de azulejos. A porta-voz da Fundação Athos Bulcão, artista plástico autor do mural, declarava indignação com o ato e defendia o vínculo entre obra e mural na concepção do projeto. O IPHAN declarava não ver problema algum na reforma. Essas três declarações de três equipes idôneas e fidedignas, conhecidas como defensoras do patrimônio nacional, moderno ou não, revela a complexidade do assunto, mesmo quando se trata de uma obra como essa, em que não há problemas de financiamento, nem deveria haver problemas de definição de conceitos.

Se uma obra da magnitude do Palácio da Alvorada gera problemas, que dizer das obras consideradas de “valor menor”? Essas obras que, de alguma forma, merecem ser protegidas em sua integridade, mas que não necessariamente precisam ser “tombadas” em nenhum nível, só necessitam da intervenção de uma boa arquitetura e propostas a altura da original.

## Arquitetura Moderna na Paraíba

Da mesma forma, a arquitetura moderna na Paraíba conta com um número razoável de registros e reflexões para embasar uma proposta de proteção a seu patrimônio. A partir de 1984, iniciam-se três pesquisas que, apesar de não terem como foco a arquitetura moderna, são os primeiros registros importantes a apontar exemplares modernos que mereciam algum tipo de proteção.

Francisco Costa (1987), entre 1984 e 1987, coordenou a pesquisa *Registros de Arquitetura – João Pessoa, 1916/1959, que levantou e preencheu fichas de 3.500 projetos, modernos ou não, do arquivo cadastral da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Esta pesquisa, realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério das Comunicações (MC) e do Instituto de Cooperação Ibero-Americano (ICI) – Brasil-Espanha –, resultou em um relatório e uma exposição com documentos que mostravam uma cidade que desejava “modernizar-se”, pelo menos em aparência.*

A segunda pesquisa, coordenada por Moura Filha, Moura e Pordeus (1985), *Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré-inventário*, registra, em um trabalho de conclusão de graduação, os bens tombados até aquele momento pelas agências de proteção estadual e nacional. Entre esses tombamentos (todos de 1980) estavam quatro exemplares modernos de valor arquitetônico:<sup>5</sup> o Instituto de Educação Liceu Paraibano, o Studio e os Retransmissores da Rádio Tabajara, a Secretaria da Fazenda e, curiosamente para o momento, um espaço público que significava um passo importante para a “modernização” e expansão da cidade em direção ao mar, o Parque Sólon de Lucena, que concentrava, em um mesmo espaço, o plano urbano de Nestor de Figueiredo, o paisagismo de Burle-Marx, o projeto de saneamento da equipe Saturnino de Brito e a arquitetura (Cassino da Lagoa) de Clodoaldo Gouveia.

Também em 1984, a terceira pesquisa, coordenada pela autora e com a colaboração de alunos do Curso de Arquitetura da UFPB, inicia o registro em desenho das fachadas que compunham seis ruas representativas de momentos distintos da formação do Centro Histórico. Esse registro (entre 1984 e 1987), ao revelar a variedade e riqueza de informações que as fachadas sugerem em relação aos projetos, gerou uma



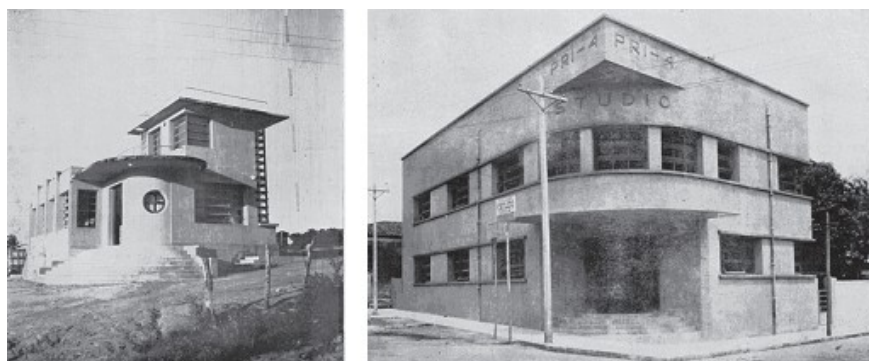
série de artigos sobre a arquitetura e a formação da cidade. A pesquisa só foi concluída em 2003 e publicada em 2006, com o título *Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das Ruas de João Pessoa* (TINEM, 2006).

Especificamente sobre o tema, há o trabalho de conclusão de curso de Rocha (1987), *Manifestações da Arquitetura Moderna em João Pessoa*. É uma pesquisa pioneira, que traz a primeira tentativa de listagem, datação e autoria dos exemplares modernos da cidade.

Outro específico aparece onze anos depois, com outro trabalho de conclusão de curso de Trajano Filho (1998), *Vanguarda e Esquecimento: a Obra de Clodoaldo Gouveia*. Trata principalmente da análise das obras do primeiro momento da arquitetura moderna pessoense e faz uma reflexão sobre as fontes dessa arquitetura, bem como seus determinantes políticos e econômicos. Como revela o título, o foco está na obra do arquiteto moderno e detalha, de forma exemplar, inclusive, as edificações protegidas.



**Imagem 1 - Instituto de Educação, tombado em 1980/IPHAEP**  
Fonte: Trajano Filho (1998). Arquivo Humberto Nóbrega.



**Imagem 2 - Rádio Tabajara, tombado em 1980/IPHAEP**  
Fonte: Trajano Filho (1998). Arquivo Humberto Nóbrega.

Em 2005, com a formação do grupo “Arquitetura Moderna na Paraíba”, são iniciadas investigações sobre temas específicos e tratadas as obras que merecem algum tipo de registro, para proteção ou para construção da história do moderno no estado. Cinco pesquisas importantes detêm-se sobre João Pessoa e Campina Grande, subsidiando os trabalhos desenvolvidos desde então.

Teixeira (2008) inicia em 2006 e conclui em 2008 sua dissertação de mestrado, *Difusão da Arquitetura Moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)*, que traça um panorama competente sobre o tema, tratando da produção erudita.

Chaves (2008) desenvolve, em seu trabalho de conclusão de curso, uma pesquisa inédita sobre a questão do primeiro momento de verticalização da cidade: *João Pessoa: Verticalização, Progresso e Modernidade 1959/1975*.

Queiroz (2008), entre 2006 e 2008, trata, em sua dissertação de mestrado, *Quem te Vê não te Conhece mais: Arquitetura e Cidade de Campina Grande em Transformação (1930-1950)*, das transformações que modernizaram a cidade na primeira metade do século XX.

Almeida (2007) aborda em seu trabalho de conclusão de curso, *Arquitetura Moderna Residencial de Campina Grande: Registros e Especulações (1960-1969)*, a questão da difusão da residência moderna, baseada no arquivo de registros da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), ou seja, não só a produção dos arquitetos, mas dos engenheiros, desenhistas e todos aqueles que, naquele momento, podiam assinar um projeto.

Cavalcanti (2008), em seu trabalho de conclusão de curso, *Arquitetura Moderna Residencial nas Praias de João Pessoa*, segue os passos da pesquisa anterior, trabalhando com os arquivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), bem menos organizados que os da PMCG, e tratando de diversas categorias profissionais.

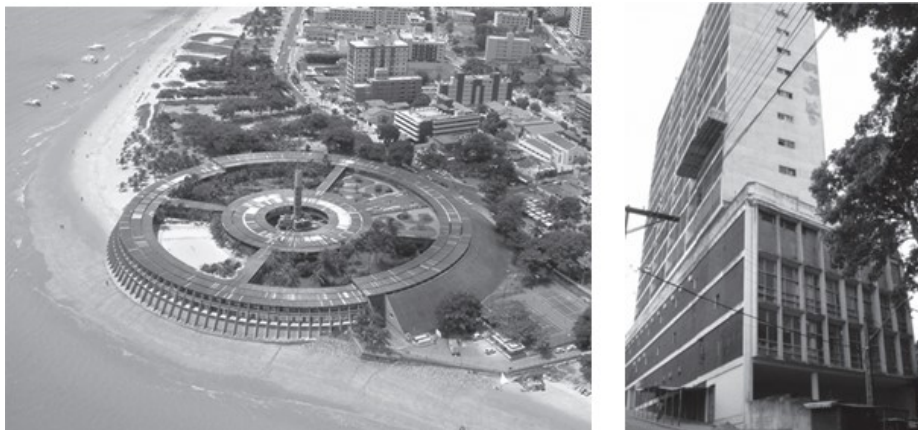
Apoiando essas cinco pesquisas, merecem menção alguns artigos também desse período: Carvalho (2007), Queiroz e Rocha (2006) e Tinem, M.Tavares e L.Tavares (2005). Duas produções não específicas sobre a Paraíba apoiaram as pesquisas sobre Acácio Gil Borsoi no estado: Amaral (2004) e Naslavsky (2004).

Essas pesquisas resultaram em uma relação de obras consideradas importantes para a memória e para a história local, regional e nacional. Os registros dessas obras foram feitos com base nos documentos gráficos, fotográficos e escritos encontrados, comparados aos levantamentos das construções. Essa relação contém três grupos de edificações: de interesse nacional, de interesse local e um grupo especial de residências que merecem alguma proteção e estudo, mas provavelmente nenhuma espécie de “tombamento”.

No primeiro grupo, de interesse nacional, estão listadas seis obras cujos registros e levantamentos arquitetônicos já foram realizados, dois cujos registros estão em andamento e os dois últimos com os levantamentos em espera: Hotel Tambaú (GAMBARRA; TINEM, 2008; TEIXEIRA, 2006), Edifício Presidente João Pessoa, conhecido como “Dezoito Andares” (CHAVES, 2006), Terminal Rodoviário de João Pessoa (BEZERRA; URQUIZA, 2008), Residência Loureiro Celino (CARVALHO, 2007), Residência Otacílio Campos (COSTA; LIMA, 2005), Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (FARIAS, F.; FARIAS, S., 2008), Edifício sede do IPASE (GUIMARÃES, 2009), Espaço Cultural da Paraíba (FIALHO; ROCHA, 2009), Teatro Severino Cabral (QUEIROZ; ROCHA, 2006) e Aeroporto Antigo de João Pessoa (ROSAS, 2005).

O Hotel Tambaú, de Sérgio Bernardes, projetado em 1968, encontra-se em atividade e razoavelmente íntegro pela qualidade da construção. Representa um equipamento importante, por seu significado para a modernização local, e foi o único exemplar construído dos três projetos do autor elaborados na mesma época para três lugares diferentes do país.

O Edifício Presidente João Pessoa, conhecido como “Dezoito Andares”, de Ulisses Burlamaqui, construído entre 1958/1960, é considerado o primeiro arranha-céu de João Pessoa e pertence ao rol dos edifícios construídos pelo Brasil afora pelos institutos de aposentadorias e pensões, no caso o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). Até há bem pouco tempo, apresentava uma conservação aceitável, mas começa a deteriorar-se com as “reformas” pouco criteriosas.



**Imagem 3 - Hotel Tambaú e Edifício “Dezoito Andares”**  
Fontes: Teixeira (2006) e Chaves (2008), respectivamente.

O Terminal Rodoviário de João Pessoa, de Glauco Campelo, construído entre 1980-1982, é um dos melhores exemplos de arquitetura nos últimos tempos. Sua

implantação no centro histórico não traz nenhum ruído; o porte do equipamento foi bem pensado (tanto é que quase trinta anos depois funciona perfeitamente), assim como sua ampliação foi prevista e a proposta estrutural é audaciosa e simples.



**Imagem 4 - Terminal Rodoviário de João Pessoa**  
Fonte: Bezerra e Urquiza (2008).

As duas residências seguintes, uma em Campina Grande e outra em João Pessoa, foram ambas demolidas. A Residência Loureiro Celino, de Augusto Reinaldo, projetada em 1957, era um exemplar bem conservado das primeiras obras modernas encomendadas pela elite paraibana. A Residência Otacílio Campos, de Acácio Gil Borsoi, projetada em 1966, demolida em 2005, apesar de não fazer parte das primeiras encomendas, conservava a função e o proprietário originais, além dos móveis e obras de arte.

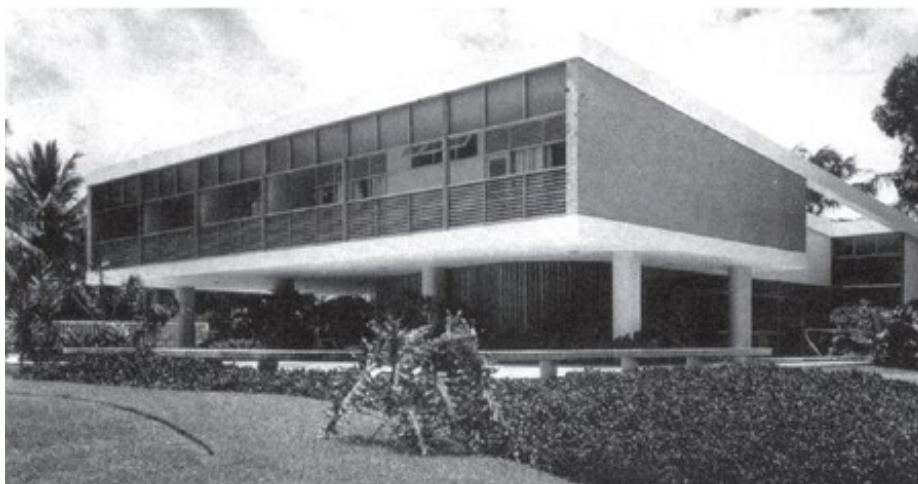


**Imagem 5 - Residência Loureiro Celino e Residência Otacílio Campos**  
Fontes: Queiroz e Rocha (2006); Costa e Lima (2005), respectivamente.

A Residência Cassiano Ribeiro Coutinho, de Acácio Gil Borsoi, projetada em 1955, último exemplar do tipo ainda existente no Nordeste, segundo Naslavsky (2004), sofreu várias intervenções que deterioraram a obra, não restando vestígio dos jardins de Burlle-Marx. Mesmo assim, a obra, além da qualidade do projeto, representa, como a de Loureiro Celino representava, uma das primeiras encomendas modernas



no estado. Foi tombada pela agência estadual de preservação do patrimônio no dia 30 de julho de 2009. Desde o tombamento dos quatro exemplares modernos, em 1980, dos quais o conjunto da Rádio Tabajara foi demolido e o Parque Sólon de Lucena, a “Lagoa”, descaracterizado, este é o primeiro dessa nova fase.



**Imagem 6 - Residência Cassiano Ribeiro Coutinho**  
Fonte: Rocha (1987).

O edifício sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPASE), de Benedicto de Barros, construído entre 1949 e 1951, é uma das tantas sedes do Instituto espalhadas pelo Brasil entre finais de 1940 e inícios de 1950. Apesar de sua elegância e de suas qualidades arquitetônicas, está abandonado, maltratado e invadido, mas está nos planos do órgão federal transformar o edifício em habitação popular.



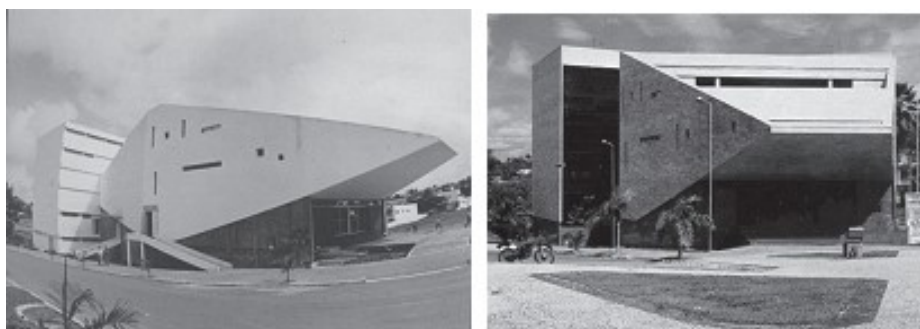
**Imagem 7 - Edifício sede do IPASE**  
Fonte: Guimarães (2009).

O Espaço Cultural da Paraíba, de Sergio Bernardes, edificado em 1980, não obstante a impropriedade com que foi implantado, em um terreno menor que a projeção do projeto, e com um programa pouco adequado às atividades culturais existentes naquele momento no estado, é o primeiro exemplar a utilizar uma estrutura metálica dessa magnitude. Representa um momento da carreira do arquiteto, o da criação do Laboratório de Investigações Conceituais (LIC), e faz parte, a despeito da data, das construções oficiais do “Brasil Grande”.



**Imagem 8 - Espaço Cultural da Paraíba**  
Fonte: Rosas (2005).

O Teatro Severino Cabral, de Geraldino Duda, um desenhista de talento, capaz de reproduzir e difundir as obras mestras do repertório moderno nacional, erguido em 1963, destaca-se pela referência ao Teatro Castro Alves, de Bina Fonyat, e por constituir-se no registro da prática profissional de profissionais não arquitetos, aos quais era permitido, naquele momento, o exercício do ofício. Esse exemplar foi objeto de um levantamento inicial de Queiroz e Rocha (2006), mas ainda não teve seu levantamento completo realizado.



**Imagem 9 - Teatro Severino Cabral**  
Fonte: Queiroz e Rocha (2006).

O Aeroporto antigo de João Pessoa, também de Sergio Bernardes, construído em 1980, pertence ao mesmo período que o Espaço Cultural da Paraíba, mas, ao contrário deste, era um projeto de interesse, perfeitamente adequado ao porte da cidade, cuja modulação permitia ampliações simples e sem traumas, também com uma estrutura metálica que possibilitava um espaço permeável e visibilidade total do trânsito aéreo e da paisagem circundante. Entretanto foi totalmente reformado e não sobrou nenhum resquício da construção antiga. Foi desprezada a possibilidade de ampliação da construção anterior, moderna por excelência, inclusive pela



modulação e flexibilidade, para dar lugar a um projeto provinciano de aeroporto. Está previsto um registro dessa arquitetura desaparecida, baseado na documentação do projeto original e em fotos antigas da obra.



**Imagem 10 - Aeroporto Antigo de João Pessoa**  
Fonte: Rosas (2005).

Importantes em âmbito regional ou local são as edificações do segundo grupo, cujos registros foram ou estão sendo providenciados:

1. Dois edifícios bancários: Banco da Lavoura, de Álvaro Vital Brasil, construído em 1952 (DINIZ; LIMA, 2009) e Banco do Nordeste, de Liberal de Castro, edificado em 1968 (TINEM; TAVARES, M.; TAVARES, L., 2005), cujo levantamento específico não foi concluído por razões de segurança do banco.



**Imagem 11 - Banco da Lavoura e Banco do Nordeste**  
Fontes: Chaves (2008) e Tinem, M.Tavares e L.Tavares (2005), respectivamente.

2. Três clubes famosos entre as décadas de 1950 e de 1960: Esporte Clube Cabo Branco, de Acácio Gil Borsoi, erguido em 1956 (GRILLO; PESSOA, 2005), Clube Astrea, de Linhares da Fonseca, construído em 1956, com reforma em 1963, de Mario di Lascio, Carneiro da Cunha e Vandenkolk Tinoco (TEIXEIRA, 2008), cujo levantamento específico não foi concluído porque há risco de desabamento do edifício, e Iate Clube da Paraíba, edificado em 1966, de Acácio Gil Borsoi (GAMBARRA, 2009).



**Imagem 12 - Esporte Clube Cabo Branco, late Clube da Paraíba e Clube Ástrea**  
Fontes: Grilo e Pessoa (2005), Gambarra (2009) e Teixeira (2008), respectivamente.

3. Dois exemplares institucionais de arranha-céus: edifício sede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de Adauto Ferreira, construído em 1969 (CHAVES, 2008) e Edifício da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de Leonardo Stuckert Fialho, edificado em 1963 (CEVADA et al., 2008).



**Imagem 13 - Edifício Sede do INSS e Edifício da Reitoria da UFPB**  
Fonte: Chaves (2008).

4. Dois edifícios de apartamentos financiados pela Caixa Econômica: Edifícios Cadeno e Nossa Senhora de Lourdes, de Delfim Amorim, construídos em 1969 (CHAVES, 2008), cujo levantamento específico não foi concluído.



**Imagem 14 - Edifícios Cadeno e Nossa Senhora de Lourdes**  
Fonte: Chaves (2008).

5. Dois dos primeiros arranha-céus residenciais erigidos no centro da cidade: Edifício Caricé, da Construtora Romildo Marques, construído em 1964 (MARTINS et al., 2008) e Edifício Manoel Pires, de Carlos Alberto Carneiro da Cunha, edificado em 1973 (CUSTÓDIO et al., 2009).



**Imagem 15 - Edifício Caricé e Edifício Manoel Pires**  
 Fonte: Chaves (2008).

6. Três dos quatro arranha-céus construídos na orla marítima, antes da proibição da construção de edifícios altos nesse local, pela Constituição Estadual: Edifício Borborema, projeto da Construtora Unaldo Cruz, de 1962 (COSTA; RIBEIRO, 2009), Edifício Beira-Mar, de Walter Vinagre, erguido em 1967 (FARIA; LIMA, 2009) e Edifício João Marques de Almeida, projeto da Construtora Romildo Marques, construído em 1965 (CHAVES, 2008).



**Imagem 16 - Edifício Borborema, Edifício Beira-Mar e Edifício João Marques de Almeida**  
 Fonte: Chaves (2008).

7. Rodoviária de Campina Grande, de Glauco Campelo, construída em 1985 (ALMEIDA; BARBOSA; RIBEIRO, 2009). Semelhante à Rodoviária de João Pessoa, nesse caso, substitui a estrutura de concreto por metálica.

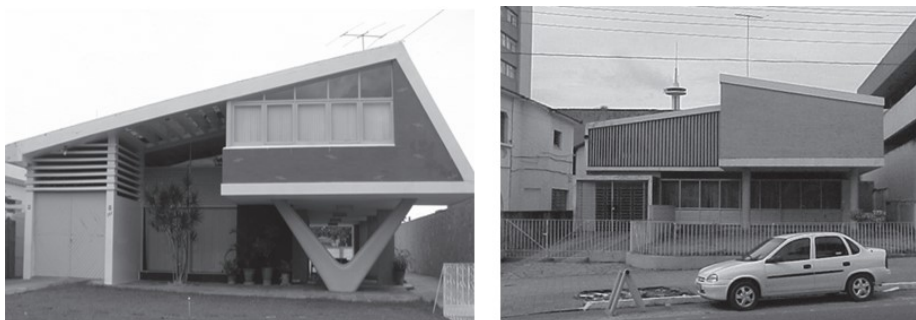


**Imagem 17 - Rodoviária de Campina Grande**  
 Fonte: Almeida, Barbosa e Ribeiro (2009).



O terceiro grupo é composto de residências unifamiliares encomendadas pela elite paraibana, seletto grupo que podia contratar um projeto moderno. Esses exemplares necessitam de algum tipo de proteção, ainda que não necessariamente tombamento.

1. Residências João Cavalcanti, de 1960 (GENTIL, 2006), e Lourenço Miranda, de 1958 (CAVALCANTI; FARIAS, 2007), ambas de autoria de Mario de Lászio.



**Imagem 18 - Residência João Cavalcante e Residência Lourenço Miranda**  
Fontes: Teixeira (2008).

2. Residências Dagberto Gonçalves, de Lynaldo Cavalcanti, construída em 1962 (MARIANO, 2007), Emilia Dantas, de 1962 (PORTO, 2008) e Heleno Sabino, de 1962 (MANABE; GAMA, 2007), as duas últimas de autoria de Geraldino Duda.



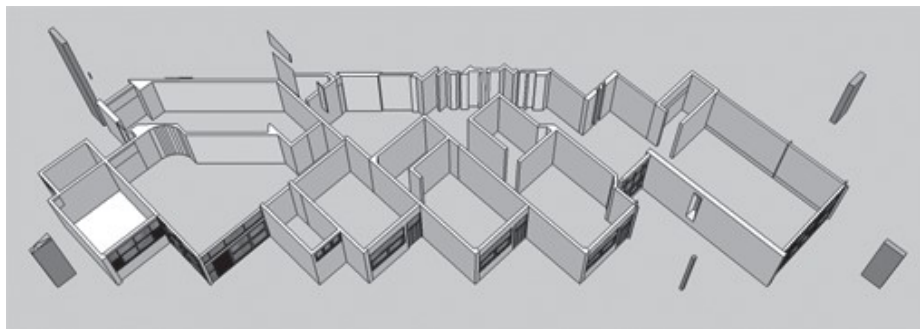
**Imagem 19 - Residência Dagberto Gonçalves, Residência Emilia Dantas e Residência Heleno Sabino**  
Fontes: Mariano (2007), Porto (2008) e Manabe e Gama (2007), respectivamente.

3. Residências Austregésilo de Freitas, de 1958 (NISHIDA; PINTO; RIBEIRO, 2009) e Joaquim Augusto Silva, de 1957 (DIMENSTEIN; MOURA, 2009), ambas de Acácio Gil Borsoi.



**Imagem 20 - Residência Austregésilo Freitas e Residência Joaquim Augusto Silva**  
Fonte: Nishida, Pinto e Ribeiro (2009) e Dimenstein e Moura (2009), respectivamente.

4. Residências Ferdinando Paraguay, construída em 1974 e demolida em 2009 (SILVA, 2009), e Cultura Inglesa (CEVADA; DE FERRER, 2009), ambas de Carlos Alberto Carneiro da Cunha.



**Imagem 21 - Residência Fernando Paraguay**  
Fonte: Silva (2009).

5. Residências Bezerra de Carvalho, de 1952, e Vieira da Silva, de 1957, ambas de autoria de Augusto Reinaldo (QUEIROZ; ROCHA, 2006).



**Imagem 22 - Residência Bezerra de Carvalho e Residência Vieira da Silva**  
Fonte: Queiroz e Rocha (2006).

É curioso perceber que os dois momentos que geraram pesquisas sobre o tema, 1984 e 2005, coincidiram com os momentos de demolição de importantes exemplares modernos. Em 1984 foram demolidos o Studio e os Retransmissores da Rádio Tabajara, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 1980. Em 2005 foi demolida a residência Otacílio Campos, que não tinha nenhum tipo de proteção. Nos dois casos, as novas arquiteturas não tinham nenhuma importância e eram de qualidade inferior aos edifícios demolidos.

Aos moldes da produção nacional, a Paraíba já tem estudos e reflexões sobre sua produção moderna a preservar. Nas interlocuções com a diretoria nacional do IPHAN, parece que está claro o papel dos envolvidos na questão: às universidades cabe o desenvolvimento das pesquisas e reflexões sobre esse universo a ser pesquisado; a



cargo das agências de preservação está a reflexão sobre as ações, legislação, financiamento e gestão do patrimônio; aos órgãos representativos compete a divulgação e debates sobre o tema; e aos profissionais de ofício cumpre talvez a tarefa mais árdua, possuir habilidade, competência e “bom senso” para tratar de um tema tão delicado, oferecendo propostas que tenham, no mínimo, o mesmo nível da obra em que se vai intervir. Entretanto, nessa formação “adequada”, a atuação da universidade é fundamental, e assim o círculo se fecha.

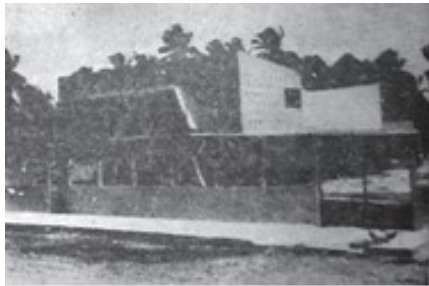
Sobre a questão de como tratar essa produção que se quer preservar, a Paraíba ainda engatinha. Não existe um estudo específico sobre essas ações, mas há pelo menos duas experiências que podem ser entendidas dessa forma: a transformação da antiga sede da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) na nova sede do Conselho Regional de Medicina (CRM), projeto de Guedes (2005), e a recuperação do Mercado Central (COUTINHO; VIDAL, 2007).

O primeiro foi uma intervenção em um clube com certa tradição na cidade, cujos documentos não conseguiam dar subsídios a uma avaliação razoável sobre o valor arquitetônico da obra que, sem dúvida, era moderna. Havia notícias de jornais de época – 1955 – que mostravam desenhos não coincidentes com a construção, publicada em jornal de 1957, nem com o registro de Rocha (1987), nem com o levantamento de 2002, feito pelo próprio autor da intervenção de 2005.

Frente a essas informações e à demanda de intervenção em um edifício moderno que merecia algum tipo de respeito, ainda que não tivesse nenhum tipo de proteção (e talvez não precisasse), o arquiteto resolveu manter os espaços modernos que resistiram ao abandono e descaracterizações que esse tipo de construção (clube) sofreu pela obsolescência da atividade. Assim, adaptou a edificação aos novos usos, mantendo e renovando os espaços modernos resistentes, o que resultou em uma obra de qualidade, contemporânea, com sutis referências aos espaços modernos.

O segundo trata da recuperação do Mercado Central, construído entre 1943 e 1948, importante referência na cidade, que apesar de ter seu movimento diminuído e desprestigiado nunca deixou de ter um público fiel. Mesmo não contando com nenhum tipo de proteção, faz parte da primeira leva de construções modernas levadas a cabo pela Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), órgão que se notabilizou pela modernidade de suas ações.

A equipe municipal responsável pela requalificação desse mercado resolveu respeitar os espaços significativos, entendendo a importância cultural, histórica e arquitetônica dessa obra, cuja modernidade não se revelava somente na forma do edifício, que fazia as vezes de portal de entrada, mas principalmente na estrutura pré-moldada de seus galpões e nos mecanismos de controle climático.



AABB, 1957 Foto Jornal



AABB, 1957 Foto Roberto Moita



AABB, 2002 Foto Gilberto Guedes



CRM, 2005 Foto Gilberto Guedes



AABB, 2002 Foto Gilberto Guedes



CRM, 2005 Projeto Gilberto Guedes



**Imagem 23 - Sede da AABB e Sede do CRM**



A nova proposta, em respeito ao conjunto arquitetônico original, manteve a organização do mercado em blocos dispersos e setorizados por atividades. Foram restaurados alguns blocos originais e construídos novos. A novidade foi a substituição, nos blocos novos, da estrutura de concreto pela metálica, proporcionando maior rapidez e limpeza na execução das obras.



**Imagem 24 - Mercado Central**

Independentemente das avaliações dessas duas respostas, elas fornecem material para reflexão sobre essa prática e os rumos que ela pode tomar. São intervenções nas quais se revela a preocupação em construir melhor, preservando o que for necessário e interessante, substituindo o que for preciso, mas sempre com uma arquitetura no mesmo nível de qualidade.

**Nelci Tinem**, professora associada II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Formada em Arquitetura pela Universidade de Brasília. Doutora em Arquitetura pela Escola Técnica Superior D'Arquitectura de Barcelona (ETSAB), Universitat Politècnica de Catalunya (UPC).

## Notas

- <sup>1</sup> Os temas dos sete seminários nacionais foram: “(Re)Discutindo o modernismo”, Salvador, 1995; “Diversidade e universalidade”, Salvador, 1997; “A Permanência do Moderno”, São Paulo, 1999; “Os processos regionais de industrialização”, Viçosa/Cataguazes, 2001; “Projeto e Preservação”, São Carlos, 2003; “Moderno e Nacional”, Niterói, 2005; “Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura”, Porto Alegre, 2007.
- <sup>2</sup> O tema do VIII Docomomo, realizado no Rio de Janeiro, em 2009, foi “Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes”.
- <sup>3</sup> O tema do I Docomomo Norte-Nordeste, realizado em Recife, em 2006, foi “Universalidade e Diversidade”; o do segundo, em Salvador, 2008, foi “Desafios da Preservação”; e o do terceiro será “Das ressurreições e conservações (im)possíveis do patrimônio moderno”. Esse último tema já vinha sendo anunciado nos nacionais e nos internacionais (como *The modern city facing the future*, Brasília, 2000 e *The Challenge of Change*, Rotterdam, 2008).
- <sup>4</sup> As ideias formuladas para a revista *L'Architecture d'Aujourd'hui* (GIEDION, 1952) são repetidas em 1963, no prefácio a 2ª edição italiana de *Espaço, Tempo e Arquitetura*.
- <sup>5</sup> Nesse momento constava também o tombamento da Estação Ferroviária, cujo interesse era histórico e não arquitetônico, da Capitania dos Portos, um exemplar *art déco* e da Estação Elevatória, que, a despeito do programa moderno, era uma construção eclética.

## Referências

- ALMEIDA, Adriana Leal de. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande**: registros e especulações (1960-1969). Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- ALMEIDA, Ítalo; BARBOSA, Bernardo; RIBEIRO, Leandro. **Rodoviária de Campina Grande**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.
- AMARAL, Isabel. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi, 1953/1970**. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- AMORIM, Luiz. **Obituario arquitetônico**: Pernambuco modernista. Recife: Gráfica Santa Marta, 2007.
- BEZERRA, Tiago; URQUIZA, Cecília. **Terminal rodoviário de João Pessoa**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado V; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.
- BLOC, André. *Ayons confiance dans l'architecture contemporaine*. **L'Architecture d'Aujourd'hui**, Boulogne, n. 42/43, p. 5, ago. 1952.
- BONTA, Juan Pablo. **Sistemas de significación en arquitectura**: un estudio de la arquitectura y su interpretación. Barcelona: Gili, 1977.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CARVALHO, Juliano. **A residência Bezerra de Carvalho e as casas de estilo funcional na Campina Grande da década de 1950**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Arquitetura Moderna; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- CAVALCANTI, Pautilia. **Arquitetura moderna residencial nas praias de João Pessoa**. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.
- CAVALCANTI, Pautilia; FARIAS, Sarah. **Registro da residência Ângela e Lourenço Miranda**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado VI; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- CEVADA, Carolina et al. **Antiga Reitoria da UFPB**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

CEVADA, Carolina; DE FERRER, Andrei. **Cultura Inglesa**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Tópico IV – Arquitetura em João Pessoa; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

CHAVES, Carolina. **Mudança na forma de habitar**. O caso do Edifício Presidente João Pessoa ('Dezoito Andares'). Trabalho apresentado ao 1º. Seminário Docomomo N-NE, Recife, 2006.

CHAVES, Carolina. **João Pessoa**: verticalização, progresso e modernidade 1958-1975. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Arquitetura Moderna 1930 a 1960**. In: MONTEZUMA, Roberto (Org.). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Recife: UFPE, 2002. v. 1, p. 182-238.

COSTA, Anamaria; RIBEIRO, Kamilla. **Edifício Borborema**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

COSTA, Carolina; LIMA, Raoni. **Analizando uma casa moderna** (Residência Otacílio Campos). Trabalho apresentado ao 6º. Seminário Docomomo Brasil. Niterói, 2005.

COSTA, Francisco de Assis da. **Registros de Arquiteturas**. João Pessoa, 1916-1959. Relatório de pesquisa realizada com apoio do CNPQ e do MC-ICI/Brasil-Espanha. João Pessoa, 1987.

COUTINHO, Marco; VIDAL, Wynlna. **Pelas ruas do mercado, o pulsar de velhos costumes e novos anseios**. O desafio da requalificação do Mercado Central de João Pessoa-PB. Trabalho apresentado ao 7º Seminário Docomomo Brasil. Porto Alegre, 2007.

CUSTÓDIO, Robson et al. **Edifício Manoel Pires**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

DIMENSTEIN, Marcela; MOURA, Alessandra. **Residência Maria Luiza Borges (Rainha da Paz)**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Tópico IV – Arquitetura em João Pessoa; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

DINIZ, Érika; LIMA, Vanessa. **Banco da Lavoura**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FARIA, Alana; LIMA, Juliana. **Edifício Beira-Mar**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FARIAS, Fernanda; FARIAS, Sarah. **Residência Cassiano Ribeiro Coutinho**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado VI; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

FIALHO, Camila; ROCHA Germana. **Espaço Cultural**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Tópico IV – Arquitetura em João Pessoa; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

GAMBARRA, Thaise; TINEM, Nelci. **Hotel Tambaú e a modernidade da capital da Paraíba**. Os jornais como instrumento de construção da história da arquitetura. Trabalho apresentado ao Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação, Belo Horizonte, 2008.

GAMBARRA, Thaise. **Intervenção em uma obra moderna, late Club da Paraíba**. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

GENTIL, Domenyco. **Residência João Cavalcanti**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado V; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GIÉDION, Sigfried. Le Brésil et L'architecture contemporaine. In **L'Architecture d'Aujourd'hui**, Boulogne, n. 42/43, p. 6, ago. 1952.

GOODWIN, Philip. **Brazil Builds**. Architecture new and old 1652-1942. New York: Modern Art Museum, 1943.



GRILO, Walter; PESSOA, Adailton. **Esporte Clube Cabo Branco**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado VI; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2005.

GUEDES, Gilberto. **Projeto de adaptação da sede da AABB como sede do CRM**. João Pessoa, 2005. Mimeografado.

GUIMARÃES, Hildeandro. **Requalificação da Sede do IPASE**. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 2009.

HITCHCOCK, Henry-Russell. **Architecture, nineteenth and twentieth centuries**. Londres: Penguin Books, 1958.

LE CORBUSIER. Breve histoire du brise-soleil. **L'Architecture d'Aujourd'hui**, Boulone, n. 13/14, p. 10, set. 1947.

LEMOS, Carlos. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

MANABE, Anna; GAMA, Wladimir. **Residência Heleno Sabino, Campina Grande**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado V; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

MARIANO, Armando. **Residência Dagberto Gonçalves, Campina Grande**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado V; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

MARTINS, Paula et al. **Edifício Caricé**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

MINDLIN, Henrique. **Modern Architecture in Brazil**. New York: Reinhold, 1956.

MOURA FILHA, Berthilde; MOURA, Aníbal; PORDEUS, Thelma. **Patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa: um pré-inventário**. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 1985.

NASLAVSKÝ, Guilah. **Arquitetura moderna em Pernambuco 1951-1972, as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim**. 2004. 193 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NISHIDA, Natália; PINTO, Eduardo; RIBEIRO, Alanna. **Residência Austregésilo de Freitas**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina História da Arquitetura no Brasil II; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

PORTO, Mariana. **Residência Emília Dantas de Aguiar, Campina Grande**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado V; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

QUEIROZ, Marcus. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

QUEIROZ, Marcus; ROCHA, Fabiano. **Arquitetura Moderna em Campina Grande**. Trabalho apresentado ao 1º. Seminário Docomomo N-NE, Recife, 2006.

ROCHA, Mércia. **Manifestações da arquitetura moderna em João Pessoa**. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 1987.

ROSAS, Ana Laura. **O metal na arquitetura contemporânea paraibana 1990-2002**. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. **Projeto**, São Paulo, n. 86, p. 59-63, abr. 1986.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2002.



SILVA, Kelly. **Residência Fernando Paraguay**. Trabalho apresentado como requisito para aprovação na Disciplina Estágio Supervisionado VI; Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SITWELL, Sacheverell. The brazilian style. **Architectural Review**, Londres, v. 95, n. 567, p. 65-68, mar. 1944.

TEIXEIRA, Fulvio. **O Hotel Tambaú, uma experiência na paisagem**. Trabalho apresentado ao 1º Seminário Docomomo N-NE, Recife, 2006.

TEIXEIRA, Fúlvio. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

TINEM, Nelci. **Fronteiras, marcos e sinais**. Leituras das Ruas de João Pessoa. João Pessoa: EDUFPA, 2006.

TINEM, Nelci; TAVARES, Marieta; TAVARES, Lia. **Arquitetura Moderna em João Pessoa**. A memória moderna e local de um movimento Internacional. Trabalho apresentado ao 6º. Seminário Docomomo Brasil, Niterói, 2005.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Vanguarda e esquecimento**: a obra de Clodoaldo Gouveia. Trabalho Final de Graduação apresentado como requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1998.